

Colégio
M0001Sala
0001Ordem
0001

Junho/2025

**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO AMAZONAS****v Concurso Público para a Classe Inicial da Carreira de
Defensor(a) Público(a)**Nome do Candidato _____
Caderno de Prova 'A01', Tipo 001Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-001Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PRIMEIRA FASE – PROVA ESCRITA OBJETIVA**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A tecnologia auxilia as pessoas em muitos momentos sobre diversos pontos.

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: **A ● C D E**

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os(as) candidatos(as), nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**BLOCO I****Direitos Humanos**

1. Dentre as regras previstas na normativa internacional que compõe o Direito Internacional Humanitário encontra-se a *"proibição de matar, ferir, ou capturar um adversário valendo-se de meios perfídios"*. É exemplo de perfídia o seguinte ato:
 - (A) fazer uso de informações falsas.
 - (B) promover operações simuladas.
 - (C) utilizar camuflagem de equipamentos bélicos.
 - (D) simular a condição de pessoa civil, não combatente.
 - (E) omitir informações sobre prisioneiros de guerra.

2. *No Brasil, o estupro colonial perpetrado pelos senhores brancos portugueses, sobre negras e indígenas, está na origem de todas as construções da identidade nacional e das hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade [...].*

(Cameiro, 2019, p. 151)

O trecho transcrito remete a uma ferramenta analítica utilizada na compreensão mais contemporânea das opressões e das desigualdades sociais, denominada

 - (A) transicionalidade.
 - (B) genealogia.
 - (C) interseccionalidade.
 - (D) pluralidade.
 - (E) heterotopia.

3. Segundo a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, *"os povos indígenas têm direito a procedimentos justos e equitativos para a solução de controvérsias com os Estados ou outras partes e a uma decisão rápida sobre essas controvérsias, assim como a recursos eficazes contra toda violação de seus direitos individuais e coletivos"*. Essas decisões, segundo a mesma Declaração,
 - (A) tomarão devidamente em consideração os costumes, as tradições, as normas e os sistemas jurídicos dos povos indígenas interessados e as normas internacionais de direitos humanos.
 - (B) levarão em consideração os costumes indígenas e as normas internas do Estado, e serão proferidas, quando possível, por instâncias compostas por representantes das duas partes envolvidas.
 - (C) serão revolidas à luz dos costumes interculturais que regem historicamente as relações entre as partes litigantes, desde que não resultem em afronta aos direitos humanos de nenhuma delas.
 - (D) observarão, se houver, os ritos próprios dos sistemas jurídicos dos povos indígenas, aplicando-se subsidiariamente a normativa interna do Estado onde vivem e as disposições desta Declaração.
 - (E) observarão os sistemas legais e judiciais vigentes no território da controvérsia, assegurado aos indígenas, se necessário, recurso ao Fórum Permanente sobre Questões Indígenas da Nações Unidas.

4. A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), ao emitir a Opinião Consultiva 14/94 sobre a *"Responsabilidade Internacional pela Expedição e Aplicação de Leis Violadoras da Convenção"* (Convenção Americana sobre Direitos Humanos), concluiu que
 - (A) não constitui violação da Convenção a mera expedição de lei manifestamente contrária às obrigações assumidas pelo Estado que a ratificou.
 - (B) está sujeito à responsabilidade internacional o Estado sempre que expedir lei manifestamente contrária ao que dispõe a Convenção por ele ratificada.
 - (C) o cumprimento, por parte de agentes ou funcionários do Estado, de uma lei manifestamente violadora da Convenção gera responsabilidade internacional para tal Estado.
 - (D) o cumprimento da lei manifestamente contrária à Convenção, ainda que caracterize crime internacional, exime os agentes ou funcionários que a executaram de responsabilidade internacional.
 - (E) a declaração de inconvenção, pela Corte IDH, de leis internas manifestamente violadoras da Convenção, obriga os Estados a retirarem sua vigência, sob pena de responsabilização internacional.

5. No âmbito da evolução histórica e fundamentos dos Direitos Humanos, têm emergido, perspectivas críticas, nas últimas décadas, que colocam em destaque, entre outros aspectos, a ideia de que
 - (A) os Direitos Humanos não devem ser um código fechado que impõe normas de cima para baixo, mas um campo aberto e vivo, construído a partir das lutas concretas de quem resiste à opressão.
 - (B) a proteção dos Direitos Humanos requer um esforço real de multiplicação dos tratados internacionais e de reforçamento das agências multilaterais organizadas em sistemas global e regionais de proteção.
 - (C) os Direitos Humanos demandam um retorno à ideia fundante de indivíduo autônomo e racional da qual emergiram, sem o que sucumbirão ao relativismo antropológico que opera como discurso legitimador de formas ancestrais de dominação.
 - (D) a dissolução das fronteiras entre as diferentes gerações de Direitos Humanos, a partir da ideia de indivisibilidade, tem promovido um inflacionamento indiferenciado de direitos e dificultado sua positivação, exigibilidade e proteção internacional.
 - (E) a teoria geral dos Direitos Humanos, historicamente preocupada com a mera proclamação dos direitos, demanda dos juristas a construção de instrumentos jurídico-processuais inovadores que promovam sua efetivação desde a valorização do direito internacional.



6. "Toda pessoa atingida por informações inexatas ou ofensivas emitidas em seu prejuízo por meios de difusão legalmente regulamentados e que se dirijam ao público em geral, tem direito a fazer, pelo mesmo órgão de difusão, sua retificação ou resposta, nas condições que estabeleça a lei". Tal afirmação está contida, nestes termos,
- (A) na Declaração Universal dos Direitos Humanos.
 - (B) no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.
 - (C) na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.
 - (D) na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica).
 - (E) na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
-
7. A Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem estabelece, de forma expressa, que todo homem tem, entre outros, os deveres de
- (A) adquirir, pelo menos, a instrução primária e de votar nas eleições populares do país de que for nacional, quando estiver legalmente habilitado para isso.
 - (B) se associar com outros a fim de promover e proteger os interesses coletivos e de defender a honra e a integridade de sua família contra ataques indevidos.
 - (C) fixar sua residência no território do Estado de que é nacional e de seguir sua vocação nas atividades laborais que lhe garantam o sustento.
 - (D) tomar parte na vida cultural da coletividade e compartilhar com o demais as descobertas científicas e as inovações técnicas que obtiver, garantida sua justa remuneração.
 - (E) pagar os impostos estabelecidos pela Lei para acessar os serviços públicos e ofertar amparo aos necessitados em situações de guerra ou calamidade conforme lhe for designado.
-
8. Considerando o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e os comentários gerais do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CDESC) da Organização das Nações Unidas, o dever de não regressividade em matéria de direitos sociais vem
- (A) afirmado indiretamente no preâmbulo do PIDESC, ao alertar que os contextos em que a degradação das condições de vida da população se mostra mais aguda são propícios para eclosão de conflitos armados internos e externos que ameaçam a paz.
 - (B) previsto de forma expressa no texto do PIDESC, ao dispor que os Estados signatários se comprometem a implementar progressivamente os direitos nele previstos e, ao mesmo tempo, a adotar medidas para que os direitos já conquistados não sejam revogados ou reduzidos.
 - (C) afirmado pelo CDESC, ao observar que todas as medidas de caráter deliberadamente regressivo demandam consideração cuidadosa e devem ser justificadas pelos Estados considerando a totalidade dos direitos do Pacto e o contexto de aproveitamento do máximo de recursos de que se disponha.
 - (D) fundamentado, pelo CDESC, na natureza interdependente dos direitos humanos e na ideia de que os retrocessos nos direitos sociais conduzem a um necessário retrocesso na observância dos direitos civis e políticos que compõem o núcleo essencial da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
 - (E) excepcionado, de acordo com texto do PIDESC, nas situações em que os Estados signatários, embora tenham reconhecido determinado direito, ainda não lograram implementá-lo na prática, bem como em tempos de crise econômica interna, cujo enfrentamento demande medidas de austeridade.

Direito Constitucional

9. O Supremo Tribunal Federal, atento à realidade brasileira, entendeu que o prazo em dobro para a Defensoria Pública no processo penal configura
- (A) situação de constitucionalidade chapada, enlouquecida ou desvairada.
 - (B) prerrogativa da Defensoria Pública circunstancialmente inconstitucional.
 - (C) inconstitucionalidade por reverberação normativa ou consequencial.
 - (D) condição intrínseca ao papel constitucional atribuído à Defensoria Pública.
 - (E) hipótese de inconstitucionalidade progressiva ou lei ainda constitucional.
-
10. A "CPI da Covid" foi um importante espaço de investigação, interlocução e transparência sobre as ações concretas adotadas pelo governo federal no enfrentamento da pandemia de Covid-19. Nesse sentido, a criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito deve ser proposta por meio da indicação de **I** a ser apurado e prazo **II** para o desenvolvimento dos trabalhos, devendo o requerimento ser subscrito por **III**.
- Preenchem as lacunas **I**, **II** e **III** de forma correta as seguintes expressões e palavras:
- (A) crime – estimado – 1/3 dos Senadores e 1/4 dos Deputados Federais.
 - (B) crime – certo – 1/3 dos Senadores, apenas.
 - (C) fato determinado – estimado – 1/3 dos Deputados Federais, apenas.
 - (D) desrespeito ético – máximo – 1/3 do número total de membros do Congresso, independentemente da Casa.
 - (E) fato determinado – certo – 1/3 dos Senadores e 1/3 dos Deputados Federais.



11. Segundo o Supremo Tribunal Federal, configura violação à separação de poderes
- (A) a aprovação, pelo Poder Legislativo, da indicação dos presidentes das entidades da administração pública indireta de autarquias e fundações públicas.
 - (B) a criação, por Constituição estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros Poderes ou entidades.
 - (C) a concessão de anistia de infrações disciplinares de servidores estaduais por Assembleia Legislativa estadual.
 - (D) a prévia licença da Assembleia Legislativa para que o governador e o vice-governador possam se ausentar do país quando o afastamento exceder a quinze dias.
 - (E) a expulsão de estrangeiros por meio de decisão do chefe do Poder Executivo da União com base em sua avaliação discricionária de conveniência, necessidade, utilidade e oportunidade de sua efetivação.
-
12. O exercício da escusa de consciência
- (A) afasta a obrigatoriedade de qualquer imunização por meio de vacina aprovada pela vigilância sanitária e incluída no Programa Nacional de Imunização.
 - (B) depende da previsão legal de obrigação alternativa, sob pena de se violar a igualdade e a obrigatoriedade de obediência às leis.
 - (C) deve ter por base exclusivamente alguma motivação religiosa, especialmente para o afastamento do serviço militar obrigatório.
 - (D) possibilita o estabelecimento de critérios alternativos, pela Administração Pública, para o regular exercício dos deveres funcionais inerentes aos cargos públicos.
 - (E) permite a despedida de empregados de sociedade de economia mista, por razões de ordem político-partidária, desde que instaurado procedimento disciplinar prévio.
-
13. A decisão do Supremo Tribunal Federal declarando a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade de preceito normativo, no que tange a sentenças anteriores que tenham adotado entendimento diverso,
- (A) produz efeitos automáticos com a rescisão das sentenças, desde que não tenha ocorrido o trânsito em julgado.
 - (B) produz efeitos automáticos, com a reforma ou rescisão das sentenças.
 - (C) depende da propositura de ação rescisória, tratando-se de exceção à taxatividade das previsões da legislação processual civil.
 - (D) depende de interposição de recurso próprio, afastando-se, no caso concreto, o prazo decadencial estabelecido na legislação ordinária.
 - (E) afeta a execução de efeitos futuros de sentença proferida em relações jurídicas de trato continuado.
-
14. Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa foram ressaltados pelo Supremo Tribunal Federal em decisões de caráter vinculante, podendo-se destacar
- (A) o reconhecimento de validade dos contratos de parceria celebrados entre trabalhador do ramo da beleza (cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador e maquiador), denominado 'profissional-parceiro', e o respectivo estabelecimento, chamado 'salão-parceiro', em consonância com as normas legais, desde que haja conformidade com os fatos e não existam elementos caracterizadores de relação de emprego.
 - (B) a proteção ao motorista particular, em sua atividade laboral, submetendo-o à legislação trabalhista e à regulação proporcionalmente definida em lei federal sobre serviços prestados em meio virtual, garantindo-se a operação de serviços remunerados de transporte de passageiros por aplicativos, ainda que se configurem prejuízos à fluidez do trânsito ou ofensa ao direito à mobilidade urbana eficiente.
 - (C) a caracterização do serviço postal como atividade econômica em sentido estrito, podendo ser explorado por empresa privada, sem prejuízo da manutenção de sua prestação concomitante por empresas públicas ou sociedades de economia mista, mediante previsão em lei federal ou de ente federado, limitando-se a serviços postais a serem prestados a pessoas físicas.
 - (D) a prestação de serviços de educação e saúde pela iniciativa privada como complementares ou alternativos à prestação estatal, sendo permitido ao ente federado estadual a aquisição de vagas em entidades privadas por meio de *vouchers* e fechamento de unidades públicas, em respeito aos princípios da economicidade e da eficiência administrativas.
 - (E) a fixação de horário de funcionamento de estabelecimento comercial que extrapola a competência municipal, configurando-se ofensa aos princípios constitucionais da isonomia, da livre iniciativa, da livre concorrência, da liberdade de trabalho, da busca do pleno emprego e da proteção ao consumidor, sendo livre a iniciativa e o trabalho desde que respeitadas as legislações urbanas sobre zoneamento.



15. O direito à alimentação adequada
- (A) integra o conceito de assistência social e é uma das ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na forma de benefício eventual.
 - (B) diz respeito a um direito do ser humano, sem previsão constitucional expressa, mas que pode ser deduzido do artigo 5º, § 1º, e, por essa razão, é norma materialmente constitucional.
 - (C) realiza-se por meio da segurança alimentar e nutricional, considerando a diversidade cultural e a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social.
 - (D) pode ser efetivado por meio de cobrança de anuidade relativa à alimentação por instituição pública de ensino profissional em regime de internato.
 - (E) é direito social estabelecido por Emenda Constitucional, considerando a regulamentação existente sobre o direito a ser alimentado no capítulo constitucional sobre a assistência social.
-
16. A Comissão Especial instituída pela Lei nº 9.140/1995, conhecida como Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos,
- (A) poderá converter a indenização recebida pelos familiares em pensão vitalícia para pessoa que venha a ser localizada com vida.
 - (B) foi estabelecida para os fins de analisar as circunstâncias do desaparecimento de pessoas que constaram em rol taxativo anexo à lei, o qual pode ser expandido por meio de decreto presidencial.
 - (C) pode proceder ao reconhecimento de pessoas desaparecidas ou que tenham falecido em virtude de repressão policial, excluídos os casos decorrentes de suicídio.
 - (D) possui atribuição de envidar esforços para a localização dos corpos no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados.
 - (E) determinará o pagamento de indenização com base no número de anos correspondentes à expectativa de sobrevivência do desaparecido, limitando-se a R\$ 100.000,00.
-
17. O controle posterior de legalidade de atos normativos do Chefe do Poder Executivo federal que exorbitem do poder regulamentar pode se dar por meio de
- (A) resolução do Senado Federal, caso venha a reconhecer a inconstitucionalidade do ato.
 - (B) ato da Controladoria Geral da União, a quem cabe a revisão de legalidade dos atos normativos federais.
 - (C) parecer da Advocacia Geral da União, que vincula os órgãos da Administração Pública.
 - (D) decisão vinculante do Supremo Tribunal Federal em tese de repercussão geral.
 - (E) decreto legislativo, a ser expedido pelo Congresso Nacional, quando o ato normativo extrapolar o limite definido pela lei a ser regulamentada.
-
18. Segundo a Constituição Federal, o Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, estabelecendo-se
- (A) a obrigatoriedade de os Estados e Distrito Federal vincularem parte de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
 - (B) a competência legislativa concorrente dos Estados, Distrito Federal e Municípios sobre suas peculiaridades em relação ao Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI).
 - (C) estímulo a pesquisas voltadas aos problemas globais, com incentivo a empresas que invistam na criação de tecnologias adequadas à concorrência internacional.
 - (D) reconhecimento do mercado interno como patrimônio imaterial, viabilizando o desenvolvimento de parcerias por meio de organizações internacionais que proporcionem autonomia tecnológica ao País.
 - (E) promoção e incentivo à atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com prioridade para as parcerias Sul Global e países de língua portuguesa.

Direito Administrativo

19. Como meios alternativos de resolução de controvérsias ao longo da execução de contratos públicos, previu-se, em lei federal, uma modalidade extrajudicial e preventiva de resolução de conflitos com atuação de comitê com membros previamente definidos quando da celebração do contrato para monitorar sua execução e ofertar soluções prévias para conflitos iminentes, fornecendo assim alternativas rápidas, técnicas e eficazes no sentido de inibir disputas entre as partes. Essa modalidade é denominada de comitê de
- (A) conciliação.
 - (B) arbitragem.
 - (C) resolução de disputas.
 - (D) mediação.
 - (E) prevenção a danos.



20. No âmbito do controle da Administração Pública, na modalidade de controle externo, o Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Poder Legislativo para fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial de órgãos da administração direta e indireta quanto à legalidade, legitimidade e economicidade. No exercício de tal atribuição, o Tribunal de Contas do Estado
- (A) profere decisão em procedimento que não comporta ampla defesa, que é exercida após sua conclusão, já no âmbito do Poder Legislativo.
 - (B) julga as contas do Poder Executivo estadual, com garantia de contraditório em fase recursal.
 - (C) emite decisões definitivas quando a matéria se relacionar à legalidade dos atos fiscalizados originalmente pelo Tribunal.
 - (D) emite parecer prévio e opinativo, que poderá ser derrubado por quórum necessário de deputados estaduais.
 - (E) exerce a competência política dentro do controle externo exercido pelo Poder Legislativo.
-
21. Segundo dispõe a Lei nº 12.846/2013, Lei Anticorrupção, que prevê a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional e estrangeira, no processo administrativo de responsabilização
- (A) poderá haver subdelegação da competência delegada para a instauração e julgamento do processo administrativo, desde que justificadamente.
 - (B) a personalidade jurídica não poderá ser desconsiderada se, para provocar confusão patrimonial, de qualquer forma, não encobriu a prática ilícita.
 - (C) a condução se dará por comissão designada pela autoridade instauradora, a qual poderá, inclusive, decidir cautelarmente sobre a suspensão dos efeitos do ato ou processo objeto da investigação.
 - (D) a instauração de processo administrativo específico de reparação integral do dano não prejudica a aplicação imediata das sanções estabelecidas nesta mesma Lei.
 - (E) será concedido o prazo de até 20 dias, prorrogável por mais 10, para a defesa da pessoa jurídica, contados a partir do ato de intimação.
-
22. Podem qualificar-se como organizações da sociedade civil de interesse público, desde que observados os objetivos e normas estatutárias que atendam aos requisitos da Lei nº 9.790/1990,
- (A) as instituições hospitalares privadas.
 - (B) as sociedades comerciais.
 - (C) as organizações partidárias e assemelhadas.
 - (D) os sindicatos e associações de classe.
 - (E) as sociedades que promovam segurança alimentar e nutricional.
-
23. A delegação de prestação de serviço, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, à pessoa jurídica ou a consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado, é denominada
- (A) autorização de serviço público.
 - (B) concessão de serviço público.
 - (C) permissão de serviço público.
 - (D) assunção de serviço público.
 - (E) delegação em sentido estrito de serviço público.
-
24. No âmbito dos procedimentos administrativos disciplinares para apuração de infração cometida por agente público, pedido de revisão
- (A) não torna sem efeito a penalidade anterior, mas somente torna inexecutável a penalidade.
 - (B) pode ser deduzido por familiar em caso de falecimento do penalizado.
 - (C) admite reforma em prejuízo ao requerente, em regra.
 - (D) não restabelece o agente ao estado anterior à determinação de penalidade ora revista.
 - (E) é cabível mesmo quando a decisão para a qual se pugna revisão transitou em julgado.

BLOCO II**Direito Penal**

25. Sobre a evolução do dolo na estrutura do delito:
- (A) No sistema causal-naturalista, o dolo era considerado mero elemento normativo, desvinculado da culpabilidade.
 - (B) O finalismo, ao transferir o dolo para o tipo penal, manteve a consciência da ilicitude como parte integrante do dolo (*dolus malus*).
 - (C) Para o funcionalismo radical, o dolo deve ser analisado exclusivamente com base em critérios ontológicos, rejeitando normatização.
 - (D) A teoria finalista excluiu definitivamente o elemento volitivo do dolo, reduzindo-o a um juízo puramente cognitivo.
 - (E) No neokantismo, o dolo e a culpa permaneceram na culpabilidade, seguindo uma concepção estritamente psicológica.



26. Camila foi denunciada pelo delito de furto qualificado por concurso de agentes e rompimento de obstáculo, praticado durante repouso noturno (artigo 155, §§ 1^a e 4^a, inciso II, do CP). Segundo a denúncia, no dia 14 de abril de 2024, por volta das duas horas da manhã, Camila e um segundo agente não identificado, agindo com unidade de desígnios, teriam subtraído, mediante arrombamento do portão de entrada da loja, uma escada de R\$ 1.800,00, pertencente ao estabelecimento comercial. O arrombamento foi atestado por laudo pericial. Após a instrução, foi proferida sentença condenando Camila como incurso no artigo 155, §§ 1^a e 4^a, incisos I e IV, do Código Penal. A pena-base foi exasperada em 1/6, em razão do concurso de agentes. Ausentes agravantes e atenuantes. Na terceira fase, a pena foi aumentada em 1/3 em razão da majorante do repouso noturno, totalizando 3 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão, no regime inicial semiaberto. A juíza justificou a fixação do regime intermediário no fato de que a ré teria sido condenada em definitivo por delito idêntico ao ora apurado durante o curso do presente processo. De acordo com jurisprudência majoritária do Superior Tribunal de Justiça, o erro da sentença deve-se ao fato de que
- (A) deve ser reconhecida a atipicidade da conduta pela aplicação do princípio da insignificância, uma vez que a ré é primária e o bem subtraído tem valor próximo ao salário mínimo.
 - (B) a causa de aumento de pena do repouso noturno não se aplica ao furto praticado em estabelecimento comercial.
 - (C) a condenação definitiva por fato praticado posteriormente ao apurado na denúncia não serve para caracterizar maus antecedentes, podendo, entretanto, ser utilizada para valorar a conduta do agente.
 - (D) a causa de aumento de pena relativa ao repouso noturno não incide nas hipóteses de furto qualificado, previstas no art. 155, § 4^a, do Código Penal.
 - (E) não se admite a utilização de qualificadora excedente reconhecida no delito de furto como fundamento para exasperar a pena-base.
-
27. Marcelo foi denunciado pela prática dos delitos de receptação e adulteração de sinal identificador de veículo automotor, previstos nos artigos 180, *caput*, e 311, § 2^o, III, ambos do Código Penal, em concurso material. Isso porque, no dia 10 de janeiro de 2025, teria sido flagrado pela polícia conduzindo um veículo sem emplacamento, sendo que após consulta ao número do chassi e do motor do veículo, que estavam intactos, constatou-se que o automóvel era produto de furto praticado um mês antes. Considerando que o processo foi instruído com provas do crime antecedente de furto do veículo e com laudo pericial atestando a ausência das placas, é juridicamente correto alegar na defesa de Marcelo:
- (A) A atipicidade da conduta tipificada no artigo 311, § 2^o, III, do CP, pois a placa não é considerada sinal identificador do veículo e, como a numeração do chassi e do motor estavam inalteradas, estaria ausente o elemento objetivo do tipo penal da adulteração. Assim, subsiste apenas o delito de receptação.
 - (B) A atipicidade da conduta tipificada no artigo 311, § 2^o, III, do CP, pois a mera condução de veículo com sinal identificador adulterado não caracteriza o referido tipo penal, não tendo a denúncia descrito que o réu tenha concorrido para a adulteração. Assim, subsiste apenas o delito de receptação.
 - (C) A atipicidade da conduta tipificada no artigo 180, *caput*, do CP, uma vez que a acusação não teria comprovado que o agente tinha conhecimento da origem ilícita do veículo e o delito de receptação não admite a modalidade culposa. Assim, subsiste apenas o delito de adulteração.
 - (D) O afastamento do concurso material e aplicação da continuidade delitiva, pois os delitos imputados ao réu, além de terem sido praticados nas mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução, configuram crimes de mesma espécie.
 - (E) A atipicidade da conduta prevista no artigo 311, § 2^o, III, do CP, pois a ausência de emplacamento caracteriza supressão de sinal identificador e o tipo penal previsto no referido dispositivo prevê expressamente apenas as hipóteses de sinal adulterado ou remarcado. Assim, subsiste apenas o delito de receptação.
-
28. Lucas e Rodrigo são irmãos e ambos possuem porte de arma por serem donos de uma empresa de segurança. Durante uma discussão sobre a empresa, Lucas sacou sua arma e a engatilhou para atirar em Rodrigo. Para se defender da agressão do irmão, Rodrigo também sacou sua arma, único instrumento de que dispunha para sua defesa, e efetuou um disparo na direção de Lucas, acreditando que o tiro não atingiria o funcionário da empresa que estava ao lado do seu alvo. O disparo atingiu somente o funcionário, que teve ferimento no braço. Rodrigo foi denunciado por lesão corporal dolosa contra o funcionário. Na defesa de Rodrigo seria correto alegar:
- (A) legítima defesa real.
 - (B) estado de necessidade.
 - (C) erro de tipo.
 - (D) erro sobre a pessoa.
 - (E) coação moral irresistível.
-
29. De acordo com a perspectiva histórica da pena de prisão:
- (A) As casas de correção, surgidas inicialmente na Inglaterra, tinham por objetivo principal educar os adolescentes que praticavam pequenos delitos, oferecendo ensino básico, cursos profissionalizantes e tratamento psicológico.
 - (B) As casas de trabalho surgem na Holanda como resultado do aumento demográfico verificado no país no início do século XVII e da conseqüente necessidade de neutralizar a mão de obra excedente desempregada.
 - (C) As casas de correção foram o primeiro tipo de instituição destinada à detenção sem finalidade de custódia cautelar, cuja função precípua era disciplinar e reformar os internos por meio do trabalho.
 - (D) As casas de trabalho destinavam-se à produção em larga escala dos bens de consumo demandados pela classe burguesa, valorizando o trabalho do interno como forma de garantir a eficiência da produção.
 - (E) A primeira instituição de internamento surgida na Europa, que deu origem ao modelo clássico do cárcere do século XIX, foram os "hospitais" na França, cuja finalidade consistia mais na correção e preparação ao trabalho, do que na assistência aos doentes e pobres.



30. Júlio foi condenado pela prática do delito de furto qualificado pelo concurso de agentes, por haver subtraído, junto de seu irmão Paulo – com 17 anos de idade à época dos fatos –, um veículo automotor que se encontrava estacionado na rua principal de sua cidade. Na sentença condenatória, a pena-base foi elevada pela circunstância judicial dos “antecedentes”, uma vez que Júlio possuía uma condenação criminal anterior pelo delito de lesão corporal culposa, transitada em julgado 1 ano antes do cometimento do furto que era julgado. Na segunda fase da dosimetria, foi reconhecida a agravante da reincidência, em razão da mesma condenação criminal anterior pelo delito de lesão corporal culposa, resultando na pena definitiva de 3 anos de reclusão e pagamento de multa, a ser cumprida em regime inicial fechado.

Nesse caso,

- (A) o concurso de agentes deveria ser afastado na situação descrita, uma vez que o irmão de Júlio era adolescente à época do fato criminoso.
- (B) apesar da reincidência, a pena privativa de liberdade poderia ser substituída por restritivas de direitos.
- (C) não há qualquer vedação na utilização da mesma condenação para aumento da pena na primeira e segunda fases da dosimetria.
- (D) seria impossível a fixação de regime prisional menos gravoso, diante da reincidência de Júlio.
- (E) por se tratar de um delito cometido junto de um adolescente, deveria ser afastado o concurso de agentes, reconhecendo-se, em seu lugar, a prática de delito de corrupção de menores.

31. Adriano, ciente da morte de seu grande inimigo, Roger, passou a falar para todos os moradores de sua pequena cidade que Roger era um grande bandido, pois era responsável pela receptação de todos os veículos furtados na região.

Neste caso,

- (A) se for processado pelos familiares de Roger, a defesa de Adriano poderá alegar que não é punível a calúnia contra os mortos.
- (B) por se tratar de delito cometido contra o respeito aos mortos, será incabível o reconhecimento do crime de calúnia.
- (C) se for processado pelos familiares de Roger, a defesa de Adriano poderá provar a verdade dos fatos, aplicando-se a exceção da verdade.
- (D) se houver comprovação de que Roger, em vida, havia provocado Adriano diretamente e de forma reprovável, o juiz poderá deixar de aplicar pena.
- (E) somente será admitida a exceção da verdade se Roger, em vida, tiver sido funcionário público e a ofensa tenha sido relativa ao exercício de suas funções.

32. Giovana, primária e de bons antecedentes, foi denunciada pela prática dos delitos previstos no artigo 129, *caput*, do Código Penal (pena: 3 meses a 1 ano), e no artigo 140, § 3º, do Código Penal (pena: 1 ano a 3 anos), em concurso material, pois no dia 24 de novembro de 2018, durante a comemoração do seu aniversário de 20 anos, teria agredido e ofendido sua vizinha, chamando-a de “aleijadinha”. A denúncia foi recebida em 15 de janeiro de 2019, mas a ré não foi localizada para ser citada, tendo sido determinada sua citação por edital. Não tendo a ré comparecido nem constituído advogado, o juiz determinou a suspensão do processo em 17 de março de 2019, nos termos do artigo 366, do Código de Processo Penal. Em 20 de janeiro de 2024 a ré compareceu ao cartório e foi citada do processo, tendo o juiz na mesma data revogado a suspensão. Designada audiência de instrução para 25 de maio de 2025, o Defensor Público poderia alegar prescrição da pretensão punitiva pela

- (A) pena em perspectiva, ocorrida em janeiro de 2021 em relação ao delito de lesão leve, e prescrição da pretensão punitiva pela pena em perspectiva, ocorrida em janeiro de 2022 em relação ao delito de injúria.
- (B) pena máxima em abstrato, ocorrida em março de 2021 em relação ao delito de lesão leve, e prescrição da pretensão punitiva pela pena máxima em abstrato, ocorrida em março de 2023 em relação ao delito de injúria.
- (C) pena máxima em abstrato, ocorrida em janeiro de 2023 em relação ao delito de lesão leve, e prescrição da pretensão punitiva pela pena em perspectiva, ocorrida em janeiro de 2025 em relação ao delito de injúria.
- (D) pena em perspectiva, ocorrida em julho de 2020 em relação ao delito de lesão leve, e prescrição da pretensão punitiva pela pena em perspectiva, ocorrida em janeiro de 2021 em relação ao delito de injúria.
- (E) pena em concreto, ocorrida em março de 2022 em relação ao delito de lesão leve, e a prescrição da pretensão punitiva pela pena em perspectiva, ocorrida em março de 2025 em relação ao delito de injúria.

Direito Processual Penal

33. No dia 14 de janeiro de 2025, Marcus, de 27 anos, realizou transmissão ao vivo em sua rede social consumindo e vendendo cocaína e maconha em sua residência. Através de denúncia anônima, a polícia militar se cientificou dos fatos e se deslocou até o endereço apontado. Próximo às imediações, Marcus, segundo os policiais, foi visto portando um saco plástico na cor preta, empreendendo fuga quando se deparou com os policiais. Alcançado e abordado, fora constatado que dentro do saco plástico havia apenas pequena quantidade de maconha. Ato contínuo, os policiais militares adentraram na residência de Marcus sem sua autorização, onde foi localizada quantia expressiva de cocaína (50 kg), alta quantidade de dinheiro, além de anotações relativas ao tráfico de entorpecentes. Segundo a polícia, Marcus acabou confessando o fato. Nesse caso, e segundo o Superior Tribunal de Justiça, a busca domiciliar efetuada deve ser considerada

- (A) legal, tendo em vista a presença de fundadas razões consistentes na *live* postada em sua rede social e na fuga quando avistou os policiais.
- (B) ilegal, tendo em vista a ausência de fundadas razões. No caso, a *live* realizada e a fuga não são suficientes por si.
- (C) legal, diante da ausência de demonstração de prejuízo ao réu, uma vez que o flagrante já havia se consumado em sua busca pessoal.
- (D) ilegal, tendo em vista que, para além das fundadas razões, o consentimento necessário em qualquer busca domiciliar não restou documentado.
- (E) legal, tendo em vista que a confissão posterior de Marcus supre qualquer nulidade anterior.



34. No Processo Penal, quando o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado,
- (A) o processo continuará independentemente da presença do réu, mas assegurada a presença da defesa técnica. O juiz deve decretar revelia do réu e os fatos narrados na inicial presumem-se verdadeiros.
 - (B) o processo continuará independentemente da presença do réu, mas assegurada a presença da defesa técnica. O juiz deve decretar revelia do réu, mas, de maneira diversa do Processo Civil, os fatos narrados na inicial não se presumem verdadeiros.
 - (C) o processo e o curso do prazo prescricional serão automaticamente suspensos, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes.
 - (D) o juiz deve determinar a suspensão do processo e o curso do prazo prescricional, podendo também ordenar a produção antecipada das provas consideradas urgentes.
 - (E) o processo e o curso do prazo prescricional serão automaticamente suspensos, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e decretar obrigatoriamente a prisão preventiva do réu.
-
35. Em determinada Comarca do Estado do Amazonas, em audiência integralmente gravada, declarada encerrada a instrução criminal em que se apurava o suposto crime de roubo circunstanciado praticado por Vitor, foram realizados os debates orais pela acusação e defesa. Ato contínuo, a juíza competente proferiu sentença oral, condenando o réu às penas de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado. Por fim, a juíza assim deliberou em ata: *"tendo em vista a gravação da presente audiência, na presente ata só constará a parte dispositiva e a dosimetria da pena"*. Segundo a atualizada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a juíza
- (A) agiu corretamente, tendo em vista norma expressa do Código de Processo Penal que dispensa a degravação completa em casos de crimes patrimoniais.
 - (B) não agiu corretamente, devendo a sentença ser anulada por infringir diretamente artigo expresso do Código de Processo Penal (art. 388), que exige a transcrição completa em homenagem ao contraditório das partes.
 - (C) deve, segundo norma expressa do Código de Processo Penal, transcrever a sentença integralmente em até 20 dias corridos, sob pena de posterior nulidade.
 - (D) deve, segundo norma expressa do Código de Processo Penal, transcrever a sentença integralmente em até 15 dias corridos, sob pena de posterior nulidade.
 - (E) agiu corretamente, tendo em vista que a ausência de degravação completa da sentença não prejudica o contraditório ou a segurança do registro nos autos, do mesmo modo que ocorre com a prova oral.
-
36. Em relação às medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha:
- (A) Possuem natureza jurídica de tutela inibitória e sua vigência se subordina à existência anterior de, ao menos, boletim de ocorrência, inquérito policial, processo cível ou criminal.
 - (B) Submetem-se a prazo obrigatório de revisão periódica das medidas cautelares em geral, devendo ser reavaliadas a cada 90 dias, inclusive pelo Tribunal de Justiça quando em andamento eventual apelação criminal.
 - (C) Por possuírem natureza de medida cautelar pessoal preparatória, eventual reconhecimento de causa de extinção de punibilidade, arquivamento do inquérito policial ou absolvição do acusado origina, necessariamente, sua extinção.
 - (D) Podem subsistir sem a instauração de procedimento principal pelo prazo decadencial de 12 meses nos casos de ação penal privada ou ação penal pública condicionada à representação.
 - (E) Em caso de descumprimento das medidas, não será cabível o acordo de não persecução penal para o crime correspondente, ainda que a pena prevista o comporte.
-
37. Sobre os aspectos processuais relacionados aos crimes dolosos contra a vida:
- (A) O Tribunal do Júri possui competência constitucional para julgar o crime de latrocínio consumado isoladamente considerado, mas não o de homicídio na direção de veículo automotor.
 - (B) Segundo o Supremo Tribunal Federal, e diante da soberania dos vereditos, não é cabível recurso de apelação nas hipóteses em que a decisão absolutória do Tribunal do Júri for amparada em quesito genérico, ainda que considerada pela acusação como manifestamente contrária à prova dos autos.
 - (C) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a soberania dos vereditos autoriza a imediata execução da condenação imposta pelo corpo de jurados somente quando a pena imposta for superior a 15 anos de reclusão.
 - (D) A ausência de formulação de quesito obrigatório no Tribunal do Júri acarreta nulidade absoluta do julgamento, a qual não se submete aos efeitos da preclusão, mesmo que não tenha sido suscitada na ata de julgamento.
 - (E) Assim como nos casos de crimes contra o patrimônio isoladamente considerados, o juiz das garantias não atuará nos casos de competência do Tribunal do Júri.
-
38. Da decisão monocrática de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, que não conhece de *habeas corpus* por considerar ser mero sucedâneo de revisão criminal, caberá, no caso de réu defendido pela Defensoria Pública:
- (A) agravo regimental, no prazo de 10 dias.
 - (B) agravo de instrumento, no prazo de 30 dias.
 - (C) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias.
 - (D) recurso especial, no prazo de 30 dias.
 - (E) apelação, no prazo de 10 dias.



39. Sobre o acordo de não persecução penal:

- (A) É importante medida de política criminal consensual, podendo ser aplicada quando for o caso de arquivamento do inquérito policial pela atipicidade da conduta.
- (B) Da decisão judicial que recusar sua homologação caberá apelação criminal, no prazo de 10 dias.
- (C) A autoridade policial somente poderá propô-lo nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 anos.
- (D) É cabível em ações penais privadas, possuindo o Ministério Público legitimidade supletiva para propor o acordo quando houver inércia ou recusa infundada do querelante.
- (E) A confissão pelo investigado na fase de inquérito policial constitui exigência do artigo 28-A do CPP, sendo válida a negativa de formulação da respectiva proposta baseada em sua ausência.

40. Em relação à cadeia de custódia da prova, é correto afirmar:

- (A) Tendo em vista que o regramento constante dos arts. 158-A a 158-F do Código de Processo Penal entrou em vigor em 2019 e não retroage, não há necessidade de preservação da cadeia de custódia em processos anteriores a tal data.
- (B) Serão consideradas inadmissíveis como prova para o processo penal as mensagens de *e-mail* que, apesar de obtidas através de busca legalmente autorizada, restarem desacompanhadas dos respectivos códigos *hash*.
- (C) Em respeito à máxima "forma é garantia" e não havendo regulamentação referente às provas digitais, não há como aferir a admissibilidade destas, tampouco eventual quebra da cadeia de custódia.
- (D) Em respeito à máxima "forma é garantia", o Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento de que a mera inobservância do procedimento de cadeia de custódia previsto CPP acarreta, automaticamente, a imprestabilidade das provas colhidas.
- (E) A etapa da coleta diz respeito ao procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento.

Execução Penal

41. O trabalho

- (A) interno é obrigatório e são vedadas objeções com relação à aptidão e capacidade para se eximir dessa obrigação.
- (B) do preso não é regido pela CLT, motivo pelo qual pode ocorrer ininterruptamente durante os sete dias da semana.
- (C) interno em serviços gerais e obras na unidade prisional confere direito à remição, mas impede a remuneração.
- (D) externo para entidade privada só pode ser realizado com consentimento expresso do preso.
- (E) externo é vedado a presos do regime fechado.

42. Sobre a progressão de regime de cumprimento de pena:

- (A) O condenado primário pela prática de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo deve cumprir 25% da pena como requisito objetivo.
- (B) O condenado reincidente específico no roubo simples deve cumprir ao menos 30% da pena como requisito objetivo para progredir de regime.
- (C) A progressão para o regime aberto demanda a prova de não reincidência futura do apenado.
- (D) A prática de crime hediondo com resultado morte de autor reincidente específico impede a progressão ao regime semia-aberto.
- (E) O condenado primário pelo crime de extorsão deve cumprir ao menos 50% da pena e ter bom comportamento prisional para progredir de regime.

43. É direito do preso, segundo as Regras de Mandela:

- (A) Todo aquele previsto no processo penal ordinário, quando da apuração de falta disciplinar.
- (B) Acesso a aparelho telefônico e internet de modo ininterrupto.
- (C) Nome social conforme a identidade de gênero autodeclarada.
- (D) Remição pela prática esportiva.
- (E) Confinamento solitário prolongado.



44. A mulher presa
- (A) tem direito a prioridade no processamento de pedidos de progressão de regime e demais direitos no processo de execução penal.
 - (B) pode exigir acompanhamento médico no pós-parto mesmo sem previsão legal expressa.
 - (C) gestante, condenada pelo crime de roubo com emprego de arma de fogo, quando primária, deve cumprir 40% da pena para progredir de regime.
 - (D) tem direito à justiça reprodutiva plena, incluindo contracepção voluntária e interrupção legal da gravidez, segundo as Regras de Bangkok.
 - (E) tem direito a amamentar seu filho até, no máximo, 6 meses de vida, garantido, com isso, o direito à remição equiparada ao trabalho.

Criminologia

45. O positivismo criminológico
- (A) se desenvolveu em países de língua latina, ao final do século XIX e início do século XX, ao passo que, no mesmo período, os criminólogos de países anglófonos desconheciam tais ideias e desenvolviam primordialmente teorias de cunho sociológico.
 - (B) teve grande repercussão no Brasil, ainda que restrito ao pensamento de Nina Rodrigues.
 - (C) foi assim nomeado pelos membros da Escola Clássica, tendo sido o movimento que a sucedeu e que desprezava a criminologia como campo do conhecimento.
 - (D) tem em seus autores a prevalência da ideia de que a pena é uma medida de defesa social.
 - (E) em razão de suas origens italianas – e, portanto, de suas ligações com a Igreja Católica –, representou uma tentativa de conciliação da ideia de criminoso nato com o livre arbítrio.
-
46. No que diz respeito aos movimentos justificadores da repressão penal das últimas décadas do século XX, é correto afirmar que
- (A) as origens do programa de tolerância zero podem ser localizadas no funcionalismo sistêmico em razão da proximidade de debates com a dogmática alemã.
 - (B) as ideias do movimento de lei e ordem ocuparam um grande espaço no debate político brasileiro, mas sem produção de reflexos na legislação nacional.
 - (C) o programa de tolerância zero pregava que as mais graves infrações deveriam ser duramente combatidas, mas respeitado o princípio penal de *ultima ratio* para as de menor potencial ofensivo.
 - (D) o movimento de lei e ordem é crítico à função ressocializadora da pena.
 - (E) o realismo criminológico de direita foi um dos principais responsáveis pelo fenômeno do encarceramento em massa europeu de fins do século XX, notadamente no Reino Unido, seu país de criação e desenvolvimento prático.
-
47. A criminologia cultural
- (A) considera aspectos típicos da pós-modernidade na compreensão do desvio.
 - (B) surge nos anos 1980 como uma forma de resistência à criminologia crítica.
 - (C) propõe, por focar nas influências culturais sobre a criminalidade, uma análise que despreza as dinâmicas individuais, concentrando-se nas dinâmicas coletivas.
 - (D) está voltada à máxima quantificação do comportamento humano, identificando os padrões encontrados em toda a sociedade.
 - (E) tem por objeto de estudo as relações entre a questão criminal e manifestações de cunho artístico-cultural, apontando tendências de criminalidade na cultura popular e de prevenção do desvio na cultura erudita.
-
48. Acerca das diferentes escolas criminológicas:
- (A) As teorias criminológicas da Escola de Chicago, da Associação Diferencial e da Anomia são consideradas teorias do consenso, ao passo que a teoria das Subculturas Delinquentes inaugura as chamadas teorias do conflito.
 - (B) A teoria da Associação Diferencial mostra que os crimes de colarinho branco são praticados por meios não violentos e que, comumente, não há uma valoração social negativa deles por parte da comunidade.
 - (C) Apesar de suas ligações com o pensamento de Émile Durkheim e Robert Merton, a teoria da Anomia deixou de lado o funcionalismo para se concentrar em uma replicação das teorias marxistas.
 - (D) A ampliação dos mecanismos de controle social informal é uma das principais propostas da teoria da Anomia.
 - (E) A Escola de Chicago identifica que, muitas vezes, o produto das ações criminosas sequer é utilizado pelos seus autores, que o fazem apenas para causar desconforto.

**BLOCO III****Direito Civil**

49. Kátia deseja ser fiadora de um contrato de locação de imóvel comercial para auxiliar uma amiga. No entanto, ela possui dúvidas acerca da possibilidade de eventual penhora de seu único bem imóvel, em caso de inadimplemento dos aluguéis e acessórios pela locatária, tendo em vista que não se trata de locação residencial, mas sim comercial. De acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça firmado em tema repetitivo, ela deverá ser orientada que
- (A) não é válida a penhora do bem de família de fiador apontado em contrato de locação de imóvel, independentemente da modalidade de locação.
 - (B) a penhorabilidade do bem de família de fiador só se aplica às locações residenciais, já que, nas locações comerciais, prepondera o direito à moradia sobre o da livre iniciativa.
 - (C) é válida a penhora do bem de família de fiador apontado em contrato de locação de imóvel, seja residencial, seja comercial.
 - (D) a penhorabilidade do bem de família de fiador só se aplica às locações comerciais já que, nas locações residenciais, prepondera o direito à moradia sobre o da livre iniciativa.
 - (E) nas locações comerciais, a penhorabilidade do bem de família do fiador pode ser afastada quando existentes filhos menores de 12 anos e hipossuficiência econômica dele.
-
50. Carlos e Maria são casados em regime de comunhão universal de bens e desejam abrir uma loja para venda de roupas. Eles gostariam que a empresa tivesse natureza jurídica de sociedade limitada, mas possuem dúvidas acerca da quantidade de sócios necessários, da possibilidade de pessoas casadas figurarem no contrato social e sobre a responsabilidade do sócio em relação a eventuais dívidas cíveis da pessoa jurídica. Diante dessa situação hipotética, eles devem ser corretamente orientados que
- (A) é permitida a criação de sociedade limitada constituída por somente um sócio e, como regra, sua responsabilidade por dívidas cíveis está restrita ao valor de sua quota, se o capital social estiver integralizado.
 - (B) pessoas casadas podem contratar sociedade limitada entre si, independentemente do regime de bens, ocasião em que, via de regra, a responsabilidade dos sócios por dívidas cíveis fica restrita ao valor da quota de cada um, desde que o capital social esteja integralizado.
 - (C) não poderão contratar sociedade entre si, sendo necessário que um terceiro seja sócio com um deles, já que a constituição de uma sociedade limitada pressupõe a existência mínima de dois sócios.
 - (D) podem contratar sociedade limitada entre si, já que não são casados sob regime de separação legal de bens, ocasião em que a responsabilidade deles é solidária à da pessoa jurídica.
 - (E) é permitida a criação de sociedade limitada constituída por somente um sócio e, como regra, a responsabilidade deste por dívidas cíveis é solidária à da pessoa jurídica.
-
51. O Superior Tribunal de Justiça, ao analisar casos de abandono afetivo parental, tem admitido a aplicação de alguns institutos jurídicos, visando ao bem-estar dos filhos submetidos a tais situações. Nesse contexto, considerando a legislação pertinente e a jurisprudência do STJ, analise as medidas jurídicas abaixo aplicáveis como decorrência direta do abandono afetivo parental:
- I. prisão civil.
 - II. indenização por danos morais.
 - III. supressão de patronímico.
 - IV. aplicação de medida de proteção.
 - V. decretação de ausência.
- Está correto o que consta APENAS de
- (A) I, IV e V.
 - (B) I, II e V.
 - (C) I, II, III e IV.
 - (D) III e V.
 - (E) II, III e IV.
-
52. No ano de 2021, Carlos possuía 72 anos de idade e formalizou, por escritura pública, união estável com Yago, de 55 anos, no regime da separação obrigatória de bens. No ano de 2025, o casal postulou em juízo a modificação do regime de bens para o da comunhão parcial. Na demanda judicial, consta a informação de que Carlos tem descendentes que ostentam a condição de herdeiros necessários. Nessa situação, à luz do entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, o pedido
- (A) não poderá ser atendido, tendo em vista que, em razão da idade, o regime deve ser, obrigatoriamente, o da separação legal de bens.
 - (B) poderá ser atendido, em razão da manifestação das partes em juízo, e a alteração do regime de bens produzirá efeitos patrimoniais para o futuro, resguardados os direitos adquiridos e os atos jurídicos perfeitos.
 - (C) poderá ser atendido, em razão da manifestação das partes em juízo, e a alteração do regime de bens produzirá efeitos patrimoniais retroativos à data da formalização da união estável no ano de 2021.
 - (D) poderá ser negado, se houver oposição de algum herdeiro necessário que demonstre possível prejuízo no futuro recebimento de sua quota-parte da herança.
 - (E) não poderá ser atendido, porquanto as uniões estáveis homoafetivas são entendidas como sociedades de fato, de modo que as partes devem demonstrar o esforço comum na partilha de bens.



53. Em ação de fixação de alimentos, o Juiz, em sentença, arbitrou a obrigação alimentar do genitor ao filho no importe de 30% dos rendimentos líquidos, em caso de trabalho com vínculo formal, e 35% do salário mínimo nacional, em caso de trabalho autônomo ou desemprego. Ainda, em sentença, decidiu que a obrigação alimentar cessaria automaticamente com a maioridade do filho, dispensando-se nova decisão judicial a respeito, devendo ser mantida a obrigação caso o filho estivesse estudando. No caso hipotético, considerando-se o entendimento sumulado do STJ a respeito do tema, a sentença está em
- (A) consonância com a jurisprudência, pois a manutenção da obrigação alimentar é direito do alimentado até a conclusão do nível superior, independentemente da comprovação de necessidade.
 - (B) consonância com a jurisprudência, pois o cancelamento da obrigação alimentar ocorre com a maioridade, não cabendo ao alimentado demonstrar a continuidade da necessidade.
 - (C) desacordo com a jurisprudência, pois o cancelamento da obrigação alimentar de filho que atinge a maioridade civil depende de decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos em que se fixou a pensão.
 - (D) desacordo com a jurisprudência, pois o cancelamento da obrigação alimentar de filho de maneira automática, independentemente de nova decisão judicial, deve ocorrer com 21 anos de idade.
 - (E) consonância com a jurisprudência, pois o cancelamento da obrigação alimentar de filho que atinge a maioridade civil só depende de decisão judicial, mediante contraditório, no caso de alimentos que tenham sido fixados por acordo extrajudicial.
-
54. José, idoso e com baixa escolaridade, estava na posse de determinado imóvel urbano, inferior a 250 metros quadrados, há mais de 15 anos. Desconhecendo o fato de que tinha requisitos para adquirir a propriedade por usucapião e tendo o desejo de regularizar a propriedade do bem, José foi contatado por um corretor de imóveis com experiência que, aproveitando-se da sua vulnerabilidade e sabendo do seu desejo de regularizar a situação registral do imóvel, convenceu-o a adquirir o imóvel em valor superior ao praticado no mercado. Nesse caso, o negócio jurídico
- (A) é anulável, por vício de consentimento de dolo, com prazo decadencial de 4 anos, a contar do dia em que se realizou o negócio jurídico.
 - (B) é anulável, por vício de consentimento de erro, com prazo decadencial de 2 anos, a contar do dia em que tomar conhecimento do erro vivenciado.
 - (C) não é passível de anulação, uma vez que José manifestou sua vontade livremente e assinou o contrato de forma consciente.
 - (D) é anulável somente em razão do valor superior ao praticado no mercado, por vício de consentimento de erro, com prazo decadencial de 4 anos, a contar do dia em que tomar conhecimento do erro vivenciado.
 - (E) é anulável somente em razão do valor superior ao praticado no mercado, por vício de consentimento de dolo, com prazo decadencial de 2 anos, a contar do dia em que tomar conhecimento do prejuízo vivenciado.
-
55. Marta foi casada com Cláudio e a união foi dissolvida em ação de divórcio. Na ocasião, Marta esqueceu de realizar o pedido de exclusão do sobrenome do ex-marido de seu nome. A ação foi julgada totalmente procedente, houve trânsito em julgado da sentença, com a consequente expedição de mandado de averbação. O mandado ainda não havia sido averbado no registro, ocasião em que Marta procurou a Defensoria Pública para atendimento, buscando solução jurídica para o problema. No caso, Marta poderá ser orientada a requerer a alteração de sobrenome
- (A) diretamente perante o oficial de registro civil, com a apresentação de certidões e de documentos necessários, e será averbada nos assentos de nascimento e casamento, independentemente de autorização judicial.
 - (B) judicialmente, em ação própria de retificação de assento, com a apresentação de certidões e de documentos necessários, pois a Lei de Registros Públicos somente autoriza a exclusão extrajudicial de sobrenome na constância da união.
 - (C) judicialmente, nos próprios autos da ação de divórcio, dispensando-se a apresentação de certidões e de documentos necessários, pois a Lei de Registros Públicos somente autoriza a exclusão extrajudicial de sobrenome na constância da união.
 - (D) diretamente perante o oficial de registro civil, dispensando-se a apresentação de certidões e de documentos necessários, e será averbada somente no assento de casamento, independentemente de autorização judicial.
 - (E) judicialmente, em ação própria de retificação de assento, dispensando-se a apresentação de certidões e de documentos necessários, pois a Lei de Registros Públicos somente autoriza a exclusão de sobrenome na constância da união.
-
56. Maria morava com seu filho, Lucas, maior de idade, em imóvel emprestado por Jonas. O negócio jurídico havia sido firmado por contrato de comodato, por tempo indeterminado. Maria faleceu e Lucas passou a residir sozinho no imóvel. Um pouco antes de falecer, Maria havia recebido notificação extrajudicial para desocupação do imóvel, no entanto, não o desocupou e tampouco comentou com o filho a respeito do recebimento da notificação. Nesse caso, a posse de Lucas pode ser classificada como
- (A) direta, justa e de boa-fé.
 - (B) indireta, justa e de boa-fé.
 - (C) direta, justa e de má-fé.
 - (D) indireta, injusta e de má-fé.
 - (E) direta, injusta e de boa-fé.

**Direito do Idoso**

57. Dentre as regras previstas expressamente no Estatuto da Pessoa Idosa acerca do procedimento de Apuração Judicial de Irregularidades em Entidade de Atendimento, tem-se que
- (A) poderá resultar na imposição de multa e advertência à entidade responsável pelo programa de atendimento.
 - (B) o juiz acionará o órgão municipal de proteção à pessoa idosa quando determinar o fechamento da entidade.
 - (C) o juiz ouvirá, em audiência, as testemunhas indicadas no auto de infração que documentar as irregularidades.
 - (D) havendo risco para a vida ou à saúde da pessoa idosa, a autoridade competente aplicará à entidade de atendimento as sanções regulamentares.
 - (E) terá início mediante petição fundamentada de pessoa interessada ou iniciativa do Ministério Público.
-
58. João tem 65 anos e foi vítima de um crime. De acordo com o que vem disposto no código penal, em razão da idade de João,
- (A) incide qualificadora caso se trate de crime de estelionato.
 - (B) incide excludente de imputabilidade caso se trate de crime de furto qualificado.
 - (C) encontra-se presente uma das elementares do crime de abandono material.
 - (D) o prazo prescricional do crime, qualquer que seja ele, é aumentado de metade.
 - (E) o crime de constrangimento ilegal passa a ser apenado com reclusão e multa.

Direito do Consumidor

59. Letícia contratou um plano de saúde coletivo por adesão, do qual ela é beneficiária titular e seu marido, Eduardo, é dependente. Por questões de saúde mental, Eduardo precisou se submeter à internação hospitalar psiquiátrica. Nesse período, Letícia procurou o atendimento da Defensoria Pública, pois havia recebido a informação de que, após o 30º dia de internação, o plano de saúde não custearia mais integralmente a internação psiquiátrica de seu marido, em razão da cláusula de coparticipação do contrato. Nessa situação, à luz do entendimento do STJ firmado em tema repetitivo, ela deve ser corretamente orientada que
- (A) todas as cláusulas de coparticipação em contratos de planos de saúde configuram prática abusiva, pois exigem dos consumidores vantagens manifestamente excessivas, o que viola o Código de Defesa do Consumidor.
 - (B) há abusividade na referida cláusula de coparticipação, tendo em vista que as normativas da ANS sobre o tema determinam que os planos de saúde custeiem integralmente, em número ilimitado de dias, todas as modalidades de internação hospitalar.
 - (C) não há abusividade na referida cláusula de coparticipação, independentemente da modalidade e do período de internação hospitalar, pois o contrato foi firmado entre partes capazes e devidamente esclarecidas.
 - (D) não há abusividade da cláusula de coparticipação na hipótese de internação hospitalar psiquiátrica superior a 30 dias por ano, desde que expressa no contrato, informada ao consumidor e não superior a 50% do valor das despesas.
 - (E) não será possível pleitear eventual abusividade da cláusula de coparticipação do contrato, pois Eduardo não é o beneficiário titular do plano de saúde, mas apenas dependente de Letícia e, portanto, não pode ser considerado consumidor.
-
60. Joana, pessoa idosa, foi surpreendida no dia de seu aniversário com a ligação de uma floricultura renomada dizendo que havia um presente para ser entregue a ela, em seu endereço, mediante a cobrança apenas do valor da entrega, na quantia de R\$ 5,00. Ao receber o entregador, Joana passou o seu cartão e, sob a justificativa de que este não havia passado, realizou 5 transações no valor de R\$ 500,00 cada, tendo colocado sua senha apenas na primeira transação. Na sequência, o entregador fugiu sem entregar o presente, quando, então, Joana, percebeu que havia sido vítima de golpe. Imediatamente, registrou ocorrência e telefonou ao Banco solicitando o bloqueio/estorno das transações. Apesar das movimentações realizadas em sequência não corresponderem ao padrão de gastos de Joana, o Banco recusou-se a bloquear o valor. Nesse caso, de acordo com jurisprudência do STJ, o Banco
- (A) não responderá, por se tratar de fraude envolvendo floricultura renomada, que responderá exclusivamente pelos danos causados.
 - (B) responderá objetivamente por falha no sistema de segurança ao não bloquear transações suspeitas e fora do padrão de consumo da correntista.
 - (C) não responderá pelos danos causados em razão da excludente de culpa exclusiva da vítima, por ter feito uso do seu cartão e senha pessoal.
 - (D) responderá subjetivamente pelos danos causados em solidariedade à floricultura, cujo nome foi empregado no golpe, ainda que sem conhecimento ou vínculo com o golpista.
 - (E) responderá objetivamente por falha no sistema de segurança, apenas se ficar comprovado que o entregador tinha algum vínculo com o banco.

**Direito à Saúde**

61. O Programa Mais Médicos, instituído pela Lei nº 12.871/2013, sofreu grande oposição de associações, sociedade e conselhos profissionais médicos, apesar de sua relevância para o enfrentamento da carência de médicos nas regiões prioritárias para o SUS, a fim de reduzir as desigualdades regionais na área da saúde. Dentre os objetivos previstos expressamente na legislação de regência para o Programa Mais Médicos, NÃO está
- (A) aprimorar a formação médica no País e proporcionar maior experiência no campo de prática médica durante o processo de formação.
 - (B) oferecer emprego para médicos estrangeiros formados em instituições não brasileiras independentemente da validação de seus diplomas.
 - (C) ampliar a inserção do médico em formação nas unidades de atendimento do SUS, desenvolvendo seu conhecimento sobre a realidade da saúde da população brasileira.
 - (D) aperfeiçoar médicos para atuação nas políticas públicas de saúde do País e na organização e funcionamento do SUS.
 - (E) estimular a realização de pesquisas aplicadas ao SUS e ampliar a oferta de especialização profissional nas áreas estratégicas para o SUS.
-
62. O processo de fornecimento de medicamentos no âmbito do Sistema Único de Saúde depende de algumas fases, reguladas no âmbito do direito sanitário. A incorporação de determinado medicamento passa necessariamente pela decisão sobre aspectos operacionais, financeiros e administrativos em relação aos entes federados responsáveis, sendo que a negociação e pactuação, no âmbito federal, são realizadas no espaço
- (A) do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (CONASEMS).
 - (B) da Comissão Intergestores Bipartite (CIB).
 - (C) do Conselho Nacional de Saúde (CNS).
 - (D) da Comissão Intergestores Tripartite (CIT).
 - (E) do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS).

Direito Antidiscriminatório

63. A psicologia social tem desenvolvido uma grande diversidade de modelos explicativos sobre os fatores que determinam as práticas discriminatórias. Dentro dos níveis de análise, o nível intergrupual é aquele em que o comportamento social é explicado a partir
- (A) das relações estabelecidas entre determinadas pessoas a partir das formas concretas que estas relações tomam.
 - (B) das ideologias, sistemas de crenças e representações que as sociedades criam em razão dos conflitos.
 - (C) das relações estabelecidas entre determinadas pessoas, numa determinada situação.
 - (D) das diferenças na posição social dos indivíduos.
 - (E) dos processos psicológicos do indivíduo em ambiente delimitado.
-
64. A taxonomia das microagressões aplicáveis a questões raciais, de gênero ou de orientação sexual, divide-se em três categorias conhecidas como microassaltos, microinsultos e microinvalidações. A categoria dos microassaltos diz respeito a
- (A) condutas conscientes dirigidas a atacar o grupo considerado de sub-humanos e inferiores.
 - (B) insensibilidades e grosserias de forma a demonstrar ojeriza a pessoas de grupos marginalizados.
 - (C) negativa das experiências vivenciadas pelas pessoas hostilizadas, com retórica sobre a inexistência da discriminação.
 - (D) ações direcionadas a inibir acesso a pessoas marginalizadas, retirando-as do contexto ou ambiente almejado.
 - (E) publicações diversas que visam, de forma indireta, fortalecer a meritocracia como acesso a níveis de poder.

Direito Processual Civil

65. Márcia compareceu à Defensoria Pública e relatou que, em seu divórcio, a partilha dos bens ocorreu de maneira consensual. No entanto, após a homologação, ela descobriu que seu ex-marido sonogou ativos financeiros que ele possuía na época. Agora, Márcia deseja que esses ativos sejam divididos de acordo com o regime dos bens do ex-casal. Nesse caso, ela
- (A) poderá ingressar com ação de sobrepartilha de bens no prazo máximo de 5 anos, contados da data em que descobriu a existência dos ativos financeiros.
 - (B) só poderá ajuizar ação de anulação da partilha, caso seu ex-cônjuge não tenha contraído novas núpcias.
 - (C) poderá ingressar com ação declaratória de nulidade da partilha, a qualquer tempo, já que a sonegação de bens é considerada matéria de ordem pública.
 - (D) deverá ser orientada acerca da impossibilidade de nova demanda judicial visando à partilha dos ativos financeiros, tendo em vista que o divórcio ocorreu de maneira consensual.
 - (E) poderá ingressar com ação de sobrepartilha de bens no prazo de 10 anos, contados da homologação do divórcio.



66. Marcelo foi réu em uma ação de indenização que tramitou perante uma das varas cíveis de Manaus. Ele foi pessoalmente citado, mas não constituiu procurador e tampouco apresentou contestação. Houve sentença de procedência do pedido e, um mês após o trânsito em julgado, a parte autora iniciou o cumprimento de sentença para o recebimento dos valores. Houve a expedição de carta com aviso de recebimento para a intimação de Marcelo no mesmo endereço do processo de conhecimento, mas esta retornou negativa com a informação de que ele havia se mudado. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil,
- (A) reputa-se válida a intimação dirigida ao endereço do réu constante do processo de conhecimento, ainda que não assinada por Marcelo, pois a obrigação de comunicar previamente o juízo acerca da mudança de residência é do próprio devedor.
 - (B) será necessária a intimação de Marcelo por edital e, se ele não se manifestar nos autos no prazo legal, a Defensoria Pública deverá atuar como curadora especial do executado.
 - (C) deverá ser reconhecida a nulidade total da demanda, tendo em vista que, no processo de conhecimento, não houve a nomeação de curador especial ao réu revel, nem a apresentação de contestação.
 - (D) a parte autora deverá promover diligências para localizar o paradeiro de Marcelo, pois o cumprimento de sentença só poderá ter continuidade após a intimação pessoal frutífera do devedor.
 - (E) será necessária a expedição de mandado de intimação por oficial de justiça e, na hipótese de não localização do devedor, a Defensoria Pública deverá atuar nos autos como curadora especial de Marcelo.
-
67. Helena ingressou com ação de cobrança em face de Rafael para cobrar-lhe valores oriundos de um contrato verbal supostamente celebrado entre eles. Durante a instrução do processo, Mariana ofereceu oposição contra ambas as partes, alegando ser ela a credora deste contrato. Nessa hipótese, de acordo com o CPC,
- (A) distribuída a oposição por dependência, os opostos serão citados pessoalmente para contestar o pedido no prazo sucessivo de 15 dias para cada um.
 - (B) a oposição deverá ser liminarmente rejeitada pelo juízo, pois foi oferecida após o início da instrução do processo.
 - (C) admitido o processamento da oposição, esta será apensada aos autos e tramitará simultaneamente à ação originária, sendo ambas julgadas pela mesma sentença.
 - (D) a oposição não deve ser admitida, pois seu cabimento é restrito a situações de reivindicação de propriedade de bens imóveis.
 - (E) se Rafael reconhecer a procedência do pedido de Mariana, o juiz deverá julgar imediatamente a oposição, sem prosseguir com a análise da ação de cobrança ajuizada por Helena.
-
68. Considere as assertivas abaixo acerca do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR):
- I. É cabível a instauração do IRDR quando houver efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre questões fáticas idênticas ou semelhantes.
 - II. A desistência ou o abandono do processo não impede o exame de mérito do IRDR.
 - III. Se não for a requerente, a Defensoria Pública intervirá obrigatoriamente no IRDR e assumirá sua titularidade em caso de desistência ou de abandono.
 - IV. Não serão exigidas custas processuais no incidente de resolução de demandas repetitivas.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) III e IV.
 - (C) I e II.
 - (D) II e IV.
 - (E) II e III.
-
69. Cláudio figura como executado em ação de execução de título extrajudicial. Após penhora em sua conta bancária, Cláudio procurou a Defensoria Pública do Amazonas que opôs embargos à execução alegando a impenhorabilidade do valor por se tratar de verba salarial. Em sentença, os embargos foram julgados improcedentes. A apelação interposta contra a sentença
- (A) terá efeito suspensivo automaticamente por força de lei, em razão da matéria que versa sobre impenhorabilidade de salário.
 - (B) terá efeito suspensivo automaticamente por força de lei, tratando-se da regra geral dos recursos de apelação.
 - (C) poderá ter efeito suspensivo, mediante requerimento, dirigido ao Juízo *a quo*, que deverá apreciar a admissibilidade e os efeitos do recurso.
 - (D) poderá ter efeito suspensivo, mediante requerimento, dirigido ao Relator, sendo vedada a análise da urgência antes da distribuição do recurso de apelação.
 - (E) poderá ter efeito suspensivo, mediante requerimento, dirigido ao Tribunal no período compreendido entre a interposição da apelação e sua distribuição.



70. De acordo com a Lei nº 9.099/1995, avalie as proposições a seguir:
- I. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão os dias corridos.
 - II. Admite-se o pedido contraposto pelo réu, em contestação, nos limites materiais e de valor da causa da Lei nº 9.099, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.
 - III. A intervenção de terceiros, a assistência e o litisconsórcio não são admitidos no procedimento sumaríssimo.
 - IV. Quando a prova do fato exigir, o juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.
 - V. Em fase recursal, independentemente do valor da causa, as partes serão obrigatoriamente representadas por advogado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
 - (B) I, IV e V.
 - (C) II, IV e V.
 - (D) I, II e V.
 - (E) I, III e IV.
-
71. Clara ajuizou ação de divórcio cumulada com pedido de guarda e alimentos perante a 2ª Vara de Família e das Sucessões da Comarca de Manaus-AM, por intermédio da Defensoria Pública local. O Juiz, ao receber a inicial, determinou o encaminhamento dos autos ao CEJUSC para a tentativa de acordo entre as partes. No CEJUSC, as partes compareceram sem a presença de suas defesas técnicas e formularam acordo. O acordo foi homologado judicialmente, com trânsito em julgado. Dias depois, Clara compareceu novamente em atendimento na Defensoria Pública e informou que havia sido vítima de violência doméstica e se sentiu coagida a aceitar o acordo. Nesse caso, a Defensora Pública deverá
- (A) ajuizar ação rescisória direcionada ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.
 - (B) ajuizar ação rescisória direcionada ao Juízo da 2ª Vara de Família e das Sucessões da Comarca de Manaus.
 - (C) ajuizar ação anulatória direcionada ao Juízo da 2ª Vara de Família e das Sucessões da Comarca de Manaus.
 - (D) peticionar pedido de reconsideração, nos próprios autos, direcionado ao Juízo da 2ª Vara de Família e das Sucessões da Comarca de Manaus.
 - (E) opor embargos de declaração, direcionados ao Juízo da 2ª Vara de Família e das Sucessões da Comarca de Manaus.
-
72. No caso de ação possessória em que figure no polo passivo grande número de pessoas,
- (A) dispensa-se a citação por oficial de justiça dos ocupantes, bastando o envio de carta com aviso de recebimento por correio ao representante dos moradores.
 - (B) serão feitas a citação pessoal dos ocupantes que forem encontrados no local e a citação por edital dos demais.
 - (C) dispensa-se a citação pessoal dos ocupantes, bastando a citação por edital desde logo.
 - (D) será feita a citação preferencialmente por meio eletrônico.
 - (E) será obrigatória a citação pessoal de todos os ocupantes.

BLOCO IV

Direito da Criança e do Adolescente

73. Segundo disposição expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente, a emancipação
- (A) pode ser concedida pela Justiça da Infância e Juventude, nos termos da lei civil, quando faltarem os pais.
 - (B) do adolescente viabiliza sua viagem internacional desacompanhado e sem autorização dos pais ou responsável.
 - (C) do adolescente dispensa autorização judicial, via alvará, para sua participação em espetáculos públicos e seus ensaios.
 - (D) é uma das hipóteses legais de extinção das medidas de constrição aplicadas em face dos pais ou responsável.
 - (E) deve ser concedida, nos termos da lei civil, após avaliação psicossocial da maturidade e da autonomia do adolescente.
-
74. A Lei nº 14.344/2022, conhecida como Lei Henry Borel, segundo seu artigo 1º, entre outros propósitos,
- (A) estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.
 - (B) altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante.
 - (C) cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.
 - (D) institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares.
 - (E) dispõe sobre o tráfico de crianças cometido no território nacional contra vítima brasileira ou estrangeira e, no exterior, contra vítima brasileira.



75. Conforme sistemática prevista na Resolução do Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre diretrizes e normas gerais para a criação da Central de Vagas no Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo, no âmbito do Poder Judiciário, na hipótese de indisponibilidade de vaga para imediato cumprimento de medida socioeducativa de internação, o adolescente
- (A) poderá, em caráter excepcional, iniciar o cumprimento de sua medida socioeducativa em unidade da federação mais próxima que disponha de vaga, garantidas as visitas da família às expensas do estado de origem.
 - (B) aguardará a disponibilização da vaga em regime de internação domiciliar, facultado o uso, mediante decisão judicial fundamentada, de dispositivo de monitoramento eletrônico.
 - (C) poderá aguardar a vaga em Centro de Internação Provisória, por no máximo mais 45 dias, findos os quais, não deferida a vaga, será posto necessariamente em liberdade.
 - (D) aguardará em fila de espera e poderá ser incluído em programa de meio aberto, mediante decisão judicial fundamentada, até que a vaga seja disponibilizada.
 - (E) aguardará a oferta da vaga em regime de acolhimento institucional sempre que, demonstrada por decisão judicial fundamentada, a capacidade de supervisão e controle pela família for avaliada como frágil.
-
76. O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece regras jurídicas decorrentes dos vínculos fraternais, entre as quais, de forma expressa,
- (A) a proibição de que irmãos mais velhos adotem ou assumam a tutela de irmãos mais novos.
 - (B) a permissão de viagem interestadual de criança apenas acompanhada de irmão maior de 18 anos, sem presença ou autorização dos pais.
 - (C) o direito de cumprirem medidas de acolhimento, internação e tratamento para dependência química em um mesmo equipamento.
 - (D) a obrigação dos pais de matricularem os filhos na mesma escola, sempre que se encontrarem na mesma etapa ou ciclo escolar.
 - (E) o processamento, em única execução de medida, da situação de irmãos acolhidos conjuntamente, salvo se alocados em serviços distintos.
-
77. Silas tem 14 anos e furtou o celular de um professor dentro da escola. O professor, inconformado, registrou um boletim de ocorrência. Considerando os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente que regem a matéria,
- (A) o boletim de ocorrência poderá ser arquivado, por meio de remissão processual, desde que Silas confesse e já tenha reparado o dano.
 - (B) os pais de Silas poderão receber medida de advertência aplicada pelo Ministério Público, ainda que Silas negue a autoria do ato infracional.
 - (C) Silas, mesmo se for primário, poderá ser inserido em medida socioeducativa de internação caso tenha furtado o celular para adquirir drogas, não demonstre arrependimento e não aceite tratamento.
 - (D) o juiz, ao final do procedimento de apuração de ato infracional, demonstradas autoria e materialidade, poderá, na sentença, substituir a medida socioeducativa por medida restaurativa.
 - (E) Silas poderá receber medida socioeducativa que o obrigue a restituir o celular, promover o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compensar o prejuízo do professor.
-
78. Sobre a educação escolar indígena, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe expressamente que
- (A) a abertura e o fechamento de escolas indígenas serão precedidos de manifestação do órgão federal responsável pela política indigenista.
 - (B) o ensino será ministrado na língua indígena materna na educação infantil, em português no ensino médio e será bilíngue no ensino fundamental.
 - (C) as escolas indígenas contarão com um percentual mínimo de professores oriundos da própria comunidade, dispensada titulação acadêmica oficial.
 - (D) será facultativa a frequência escolar de crianças e adolescentes oriundos de comunidades indígenas não integradas à comunhão nacional.
 - (E) desenvolver programas que garantam aos povos indígenas acesso a conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional é um dos objetivos do Sistema de Ensino da União.



79. Segundo disposição expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente,
- (A) à falta de definição do domicílio da criança, a competência será determinada pelo lugar onde se encontrem os pais ou responsável.
 - (B) nos casos de ato infracional, será competente a autoridade do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.
 - (C) a execução das medidas deverá ser delegada à autoridade competente da residência da criança e do adolescente.
 - (D) nos casos de criança ou adolescente vítima de violência, a competência será determinada pelo critério do juízo imediato.
 - (E) a competência fixada pelo registro ou distribuição do pedido inicial permanecerá a mesma até a prolação da decisão.
-
80. Tito procura a Defensoria Pública para excluir sua paternidade em relação a Vera, 12 anos. Diz que Vera não é sua filha biológica, e que reconheceu sua paternidade logo após o nascimento, ocasião em que mantinha união estável com Neia, mãe de Vera, união que perdurou por cinco anos. De acordo com o posicionamento mais recente do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, é correto orientar Tito de que:
- (A) A divergência entre a paternidade biológica e a declarada no registro é apta, por si só, para anular o registro, estando Tito sujeito, se sabia desde o início que Vera não era sua filha, a responder pelo crime de registrar como seu o filho de outrem.
 - (B) Poderá ajuizar, considerando o princípio da veracidade registral, ação negatória de paternidade mesmo se agiu com dolo ou culpa no ato de reconhecimento, ficando sujeito ao pagamento de alimentos indenizatórios em favor de Vera.
 - (C) Poderá pedir a desconstituição da paternidade desde que presentes duas condições: prova de que ele foi coagido ou induzido a erro no ato de reconhecimento e de que inexistia relação socioafetiva entre ele e Vera.
 - (D) A revogação do reconhecimento de paternidade pode ser promovida pela via administrativa mediante a exibição de exame de DNA negativo, sem prejuízo da responsabilização civil ou criminal de Tito, se for o caso.
 - (E) A concordância de Neia com o pedido, a boa-fé de Tito ao ingressar com o pedido, e a anuência da adolescente são condições necessárias para o deferimento de eventual ação negatória de paternidade.

Direito Difusos e Coletivos

81. O tema de desastres ambientais gerando deslocamento forçado de pessoas tem ganhado visibilidade, tanto no âmbito internacional quanto internamente, sendo Justiça Climática o tema da Campanha Nacional lançada pela Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ANADep) em 2025. Quando o deslocamento se dá para fora do país de origem, existe previsão normativa expressa de que o apátrida ou o nacional de qualquer país em situação de desastre ambiental pode obter, no Brasil,
- (A) autorização de residência, conforme Decreto nº 70.946/1972 (Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados).
 - (B) refúgio ambiental, com base na Lei nº 9.474/1997 (Estatuto dos Refugiados).
 - (C) asilo territorial, na forma do Decreto nº 55.929/1965 (Convenção sobre Asilo Territorial).
 - (D) visto temporário para acolhida humanitária, nos termos da Lei nº 13.455/2017 (Lei de Migração).
 - (E) "laissez-rester", consoante Decreto nº 50.215/1961 (Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiado).
-
82. O direito à moradia é um dos temas mais recorrentes nos atendimentos individuais e coletivos que chegam à Defensoria Pública. Conforme registra Raquel Rolnik, arquiteta brasileira que foi Relatora Especial para o Direito à Moradia Adequada da ONU, *"Excluídos do marco regulatório e dos sistemas financeiros formais, os assentamentos irregulares se multiplicaram em terrenos frágeis ou em áreas não passíveis de urbanização, como encostas íngremes e áreas inundáveis, além de constituir vastas franjas de expansão periférica sobre zonas rurais, eternamente desprovidas das infraestruturas, equipamentos e serviços que caracterizam a urbanidade"* (Regularização fundiária de assentamentos informais urbanos. Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006). A Lei nº 13.465/2017 que dispôs sobre a regularização fundiária rural, urbana e no âmbito da Amazônia Legal, trouxe instrumentos jurídicos voltados ao enfrentamento de parte desses problemas, podendo-se destacar
- (A) a regularização fundiária de núcleos informais urbanos, em duas modalidades: a Reurb Simples (Reurb-S), aplicável naqueles núcleos ocupados predominantemente por qualquer grupo populacional, e a Reurb de Interesse Específico (Reurb-E), aplicável naqueles núcleos ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo Municipal.
 - (B) a regularização fundiária de núcleos informais urbanos, em duas modalidades: a Reurb de Interesse Social (Reurb-S), aplicável naqueles núcleos ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal, e a Reurb de Interesse Específico (Reurb-E), aplicável naqueles núcleos ocupados por população não qualificada para Reurb-S.
 - (C) a legitimação fundiária, forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, inclusive para fins de Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente até 30 de junho de 2001.
 - (D) a legitimação de posse, ato do poder público destinado a conferir título, de reconhecimento da posse de imóvel, inclusive para fins de Reurb, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse, o qual constitui direito real de propriedade transmissível por ato *causa mortis* ou *intervivos*.
 - (E) o direito real de laje em condomínio simples, exclusivamente para fins de Reurb, quando uma mesma construção-base, em núcleos urbanos informais, contiver construções de casas ou cômodos, discriminando-se, na matrícula, a parte do terreno ocupada pelas edificações, as partes de utilização exclusiva e as áreas que constituem passagem para as vias públicas ou para as unidades entre si.



83. O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do País. Trata-se de parte integrante do SISAN
- (A) o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), composto de forma paritária por representantes governamentais e representantes da sociedade civil, escolhidos na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo seu presidente designado pelo Presidente da República dentre os representantes governamentais.
 - (B) o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, responsável pela elaboração da Política e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação.
 - (C) a Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela propositura, ao Poder Executivo Federal, das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, incluindo-se requisitos orçamentários para sua consecução, bem como pela avaliação do SISAN.
 - (D) a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, integrada por Ministros de Estado e Secretários Especiais, responsável por instituir mecanismos permanentes de articulação com órgãos e entidades congêneres de segurança alimentar e nutricional nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, com a finalidade de promover o diálogo e a convergência das ações que integram o SISAN.
 - (E) o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), composto por 1/3 de representantes governamentais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional e 2/3 de representantes da sociedade civil escolhidos a partir de critérios de indicação aprovados na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, além de observadores.
-
84. Rita, 54 anos, pessoa com autismo, reside sozinha há 5 anos, desde a morte de seus pais. Os vizinhos realizaram denúncia no Disque 100 acerca das condições inadequadas em que Rita se encontra. O Centro de Referência Especializado em Assistência Social realizou visitas domiciliares e constatou que Rita não toma banho regularmente, alimenta-se apenas quando algum vizinho lhe oferece comida e acumula objetos que recolhe das ruas. Além disso, Rita não realiza nenhum tipo de acompanhamento em saúde, sendo recomendável que seja cadastrada e acompanhada pela Unidade Básica de Saúde. Dentro dessa situação concreta e não possuindo, até o momento, outros dados complementares sobre situação social, familiar ou de saúde, a equipe técnica do CREAS concluiu pela impossibilidade de Rita continuar residindo sozinha. Com base na caracterização do serviço socioassistencial, deve-se propor a inserção de Rita em equipamento de acolhimento denominado
- (A) Casa de Passagem, destinado a acolhimento provisório com estrutura para acolher, com privacidade, pessoas do mes-mo sexo ou grupo familiar, que estejam em situação de rua e desabrigo por ausência de residência, incluindo pessoas em situação de trânsito, refúgio, violência institucional, tráfico de pessoas ou exploração sexual.
 - (B) Serviço Residencial Terapêutico (SRT), destinado a pessoas em situação de longa permanência, a ser realizado em moradias inseridas na comunidade, ofertando cuidado integral por meio de estratégias substitutivas, na perspectiva da garantia de direitos e exercício de cidadania, buscando sua progressiva inclusão social.
 - (C) Casa Abrigo, destinado para acolhimento provisório para mulheres, acompanhadas ou não de seus filhos, em situação de risco social ou ameaças em razão da violência doméstica e familiar, causadora de sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral, garantindo sigilo quanto à identidade das usuárias.
 - (D) Residência Inclusiva (RI), destinado a jovens e adultos com deficiência, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou fragilizados, naqueles casos em que a pessoa acolhida não disponha de condições de autossustentabilidade, de retaguarda familiar temporária ou permanente ou que estejam em processo de desligamento de instituições de longa permanência.
 - (E) Instituição de Longa Permanência para Idosos e Incapazes (ILPII), destinado a pessoas independentes e/ou com diversos graus de dependência, de modo provisório e, excepcionalmente, de longa permanência, quando esgotadas as possibilidades de autossustento e convívio familiar, devido à vivência de situações de negligência e abandono.
-
85. O incidente de suspensão liminar é meio autônomo de impugnação de decisões judiciais, de competência do
- (A) Presidente do Tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, sendo que seu deferimento demanda demonstração de que o ato impugnado pode vir a causar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública.
 - (B) órgão especial do Tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, sendo que seu deferimento demanda demonstração de que o ato impugnado pode vir a causar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública.
 - (C) Presidente do Tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, sendo que seu deferimento demanda demonstração de que o ato impugnado pode vir a causar ofensa às prerrogativas de nacionalidade, soberania e cidadania.
 - (D) órgão fracionário do Tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso, sendo que seu deferimento demanda demonstração de que o ato impugnado pode vir a causar ameaça ou grave lesão à ordem, à nacionalidade, soberania e cidadania.
 - (E) relator ao qual foi distribuído o respectivo recurso, sendo que seu deferimento demanda demonstração de que o ato impugnado pode vir a causar lesão à ordem pública, sanitária e democrática.

**Princípios e Atribuições Institucionais da Defensoria Pública**

86. Tendo em vista a atuação da Defensoria Pública dos Estados na defesa dos vulneráveis climáticos e ambientais, considera-se o direito ao meio ambiente um direito fundamental heterotópico em razão de
- (A) estar relacionado a um direito difuso de quarta dimensão, já que dependem da atuação positiva do Estado para sua garantia.
 - (B) estar relacionado, de forma análoga, a um direito fundamental, alinhando-se a este de modo paralelo e independente.
 - (C) não estar elencado dentre os direitos fundamentais relacionados nos artigos 5^a ao 17 da Constituição Federal, mas relacionado à dignidade humana.
 - (D) estar sua defesa relacionada a um processo diverso de acesso à justiça, não podendo ser exercido de forma típica como no caso dos direitos individuais.
 - (E) não se tratar de um direito fundamental nato, mas associado a princípios que o circundam de modo similar.
-
87. Segundo dispõe resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública do Amazonas, a intervenção institucional conhecida como *custos vulnerabilis*
- (A) é permitida no âmbito do processo penal, inclusive em atuação pró-vítima processual.
 - (B) não pode ser negada pelo interventor natural.
 - (C) não pode ser provocada pelo juízo da causa.
 - (D) exige promoção de escuta ativa judicial.
 - (E) inviabiliza a atuação do mesmo Defensor Público como representante postulatório.
-
88. Compete ao Defensor Público-Geral, segundo a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Amazonas,
- (A) diligenciar visando à execução e ao recebimento de verbas sucumbenciais arbitradas em favor da Instituição.
 - (B) conhecer e julgar recurso em processo administrativo disciplinar.
 - (C) deliberar sobre organização de concurso para ingresso à carreira de Defensor Público.
 - (D) obstar a promoção por antiguidade, justificadamente.
 - (E) fiscalizar a aplicação de recursos do Fundo da Defensoria Pública do Estado.
-
89. Conforme dispõe a Resolução 006/2024, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Amazonas, foi criado o Núcleo Especializado de Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, bem como defensorias especializadas na temática. O Núcleo Especializado
- (A) possui vedação para atuação na seara criminal, que ficará a cargo da defensoria especializada do território.
 - (B) será composto por Coordenação, Secretaria Técnica e Grupos Temáticos.
 - (C) atuará nas demandas coletivas, direcionando ao Defensor natural a atuação individual temática.
 - (D) dispõe de Secretaria Técnica que tem como atribuição realizar ações conjuntas a outras instituições.
 - (E) terá, como coordenador, Defensor Público designado pelo Defensor Público-Geral.
-
90. O método de pensamento é o que confere à ciência jurídica uma nova dimensão conceitual referente ao acesso à justiça, tendo em vista que se preocupa com
- (A) a aceleração da pacificação da lide.
 - (B) o reconhecimento do direito fundamental individual.
 - (C) a declaração do direito individual ou coletivo postulado.
 - (D) a efetivação adequada dos direitos individuais e coletivos.
 - (E) a ampliação da oportunidade de adjudicação de um direito.
-
91. Mauro Cappelletti e Bryant Garth na obra "Acesso à Justiça" desenvolveram a ideia de obstáculos que faziam frente ao acesso à justiça. O obstáculo relacionado às dificuldades inerentes à tutela de direitos coletivos buscados por demandas apresentadas em juízo é denominado obstáculo
- (A) processual.
 - (B) coletivo.
 - (C) organizacional.
 - (D) econômico.
 - (E) representativo.

**Filosofia e Sociologia Jurídica**

92. Na obra "A superação do direito como norma: uma revisão descolonial da teoria do direito brasileiro", ao discutirem aspectos relativos à teoria crítica do direito brasileira, os autores referem-se à necessidade de se avançar para aquilo que se constituiu como um "giro descolonial". De acordo com a perspectiva adotada pelos autores em tela, a guinada representada por esse "giro descolonial" pressupõe criticar o paradigma
- (A) europeu de racionalidade erigido na modernidade, por uma negação da vinculação da racionalidade/modernidade com a colonialidade.
 - (B) colonial de dominação erigido na modernidade, por uma negação da vinculação do desenvolvimento/exploração com a colonialidade.
 - (C) europeu de colonialidade erigido na atualidade, por uma negação da vinculação das categorias epistêmicas da totalidade do conhecimento com a colonialidade.
 - (D) europeu de racionalidade erigido na modernidade, por uma negação da vinculação do desenvolvimento/exploração com a colonialidade.
 - (E) colonial de dominação erigido na modernidade, por uma negação da vinculação da racionalidade/modernidade com a colonialidade.
-
93. Segundo a abordagem realizada por Pedro Estevam Alves Pinto Serrano, em seu livro "Autoritarismo e golpes na América latina: breve ensaio sobre jurisdição e exceção", pode-se afirmar que a exceção estará presente na jurisdição quando as suas decisões se apresentarem como:
- (A) Modos de discricionariedade judicial, de acordo com diferentes concepções analíticas do direito.
 - (B) Mecanismos de desconstrução do direito, com finalidade eminentemente política.
 - (C) Modelos de juízos solipsistas, apoiados na consciência moral dos juízes.
 - (D) Manifestações de ativismo judicial, como expressão concreta do decisionismo.
 - (E) Formas de erro judiciário, resultantes de uma atividade hermenêutica não fundamentada.
-
94. De acordo com Orlando Villas Bôas Filho em seu livro "Direito, globalização e governança: uma abordagem a partir da perspectiva sociojurídica de André-Jean Arnaud", o conceito de governança
- (A) distingue-se do conceito de governo, porém apresenta conteúdo análogo ao do conceito de governamentalidade, pois exprime como determinada autoridade é capaz de conduzir com eficiência a gestão da coisa pública.
 - (B) remete a uma forma de construção de decisões coletivas e vinculantes caracterizada fundamentalmente pela sua lógica *top-down*.
 - (C) exprime uma forma de gestão e de administração de questões públicas e privadas não emanadas da ordem governamental ou de decisões fundadas em um ente soberano, na medida em que se baseia em uma autoridade partilhada.
 - (D) caracteriza uma forma de gestão circunscrita ao mundo corporativo. Por esse motivo, o conceito somente pode ser aplicado a questões de direito público em sentido metafórico, pois tais questões submetem-se exclusivamente à gestão governamental.
 - (E) tem sido impropriamente utilizado para descrever a participação cidadã no contexto da experiência democrática contemporânea, pois circunscreve-se à gestão profissional implementada por *stakeholders* no âmbito corporativo.
-
95. Ao analisar a questão da verdade na internet, José Eduardo Faria, no livro "A liberdade de expressão e as novas mídias", afirma que:
- (A) A internet ampliou e democratizou o acesso à informação de qualidade. Por esse motivo, ela constitui uma ferramenta essencial para se evitar a massificação da opinião pública e para a promoção da cidadania.
 - (B) O advento da internet ampliou significativamente a possibilidade de obtenção de um consenso generalizado e devidamente fundamentado acerca do que é a verdade factual.
 - (C) Não há nenhum impacto efetivo da internet acerca do que vem a ser a verdade, pois a evidência desta se impõe a todos os seres racionais de modo a prescindir das novas tecnologias de comunicação.
 - (D) O fluxo de informação que transita pela internet contribui para o desenvolvimento de uma opinião pública fundamentada na capacidade de reflexão e de livre pensamento dos cidadãos.
 - (E) Diante do volume avassalador de informações cujas fontes e veracidade são difíceis de ser verificadas, a internet tende a levar os cidadãos comuns a perder a capacidade de entender e avaliar a realidade política.
-
96. Ao analisar a transição da "justiça social" à "justiça global", no livro "Breve história da justiça", David Johnston realiza diversas considerações acerca da temática da justiça. Tendo em vista essas considerações, é INCORRETO afirmar que:
- (A) A justiça emana da natureza. Por esse motivo, ela é universal e imutável, impondo-se a todas as sociedades do globo.
 - (B) Apesar de toda a sua grandeza, as teorias de justiça social recentes perderam contato com as origens da ideia de justiça, que estão ligadas ao conceito de reciprocidade.
 - (C) A justiça é um conceito e, como todos os conceitos, é uma ferramenta inventada e aperfeiçoada por seres humanos.
 - (D) A tendência constante da ideia de justiça social, na forma que ela assumiu nos dois últimos séculos, tem sido reforçar um provincianismo que contaminou as teorias sobre a justiça desde a Antiguidade.
 - (E) Atualmente, os principais atores do cenário internacional são movidos, em sua maioria, pela busca de seu próprio interesse, sem muita consideração pela justiça.

**História do Amazonas**

97. Em relação à ocupação originária do território amazônico,
- (A) estima-se menos de mil etnias indígenas diferentes na Amazônia pré-colombiana.
 - (B) a agricultura, antes da chegada dos europeus, era praticada de maneira insipiente pelo homem amazônico, o qual mantinha como modo de produção a caça e a coleta.
 - (C) o primeiro massacre sofrido pela população originária foi perpetrado pelo comandante europeu Vicente Yañes Pinzon.
 - (D) antes da chegada dos europeus, a região da Amazônia foi considerada como um vazio demográfico, pois se constatou ausência de alta densidade populacional.
 - (E) os principais sinais da transição entre a caça e a coleta para a agricultura, que ocupou o período de 4000 a.C. até 2000 a.C., foram evidenciados pela pesquisa arqueológica realizada em sambaquis localizados ao longo da boca do rio Amazonas e no baixo Amazonas.
-
98. Sobre a Cabanagem:
- (A) Em 1848, a Revolta se inspirou na chamada "Primavera dos Povos", mas dela se diferenciou por postular o desligamento da Província do Rio Negro da Província do Pará, o estabelecimento de um parlamento provincial independente e sufrágio secreto e universal.
 - (B) Apolinário Maparajuba entrou na Barra do Rio Negro, atualmente Manaus, com um exército de 1500 soldados, após longo combate contra a milícia e a população locais, em 1834.
 - (C) A Regência outorgou anistia aos participantes do movimento em novembro de 1839, após entender que a guerra seria dificilmente concluída sem o emprego de meios conciliatórios.
 - (D) A Província do Rio Negro foi governada por Joaquim Pedro da Silva.
 - (E) A revolta na Barra do Rio Negro foi reprimida com sucesso pelo comandante militar local, coronel Joaquim Felipe dos Reis, e por suas tropas.
-
99. No Estado do Amazonas, no século XX,
- (A) teve início, em 1916, por conta da necessidade de o Brasil fornecer látex e seus derivados para o esforço Aliado durante a Primeira Guerra Mundial, a chamada "Batalha da Borracha".
 - (B) o movimento tenentista, nos anos 1920, não teve reflexos.
 - (C) a "Ford Motor Company" instalou, em 1924, no âmbito da política da Zona Franca de Manaus, para a produção de veículos automotores, sua primeira fábrica localizada fora dos Estados Unidos da América.
 - (D) mais precisamente no ano de 1962, foi criada a Faculdade de Filosofia do Amazonas, o embrião da Universidade Estadual.
 - (E) os grandes projetos de desenvolvimento regional, observados durante o período do Regime Militar, que perdurou dos anos de 1964 até 1985, foram realizados com respeito às lideranças indígenas, aos populares e ao bioma amazônico.
-
100. Verificou-se, na Província do Amazonas, durante o século XIX,
- (A) o início do "Ciclo da Borracha", que, a partir da década de 1870, até o seu final, nos anos 1910, foi responsável por um quarto das exportações brasileiras.
 - (B) o efusivo apoio das lideranças políticas locais à Proclamação da República.
 - (C) a construção da estrada de ferro para transposição dos rios Madeira-Mamoré foi realizada por mão de obra escravizada e, por conseguinte, com baixo custo para os cofres da firma Madeira-Mamoré Railway Limited, mas com perdas de doze mil vidas humanas.
 - (D) a abertura do comércio pelo rio Amazonas, mediante edição de decreto imperial, a todas as nações, no ano de 1852.
 - (E) a construção, no período de 1866 a 1886, da estrada de ferro Madeira-Mamoré, que ao seu término interligou as cidades de Manaus e Belém, viabilizando, ademais, o transporte do látex e das drogas do sertão para os seus destinos na Europa e na América do Norte.

